



**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

## **ANEXO V – PENALIDADES**

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

**ÍNDICE**

1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
2.	PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES .....	7
3.	PENALIDADES EM ESPÉCIE .....	10
4.	PENAS DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE .....	14
5.	TABELAS DE VALORES DE MULTAS .....	15
6.	TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES .....	17

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

**OBJETIVO**

O presente ANEXO objetiva regular as penalidades contratuais, bem como definir as condutas infracionais e os valores de multas a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções pelo descumprimento de outras obrigações previstas: (i) no CONTRATO ou no EDITAL, conforme autoriza a Cláusula 55.1 do CONTRATO; e (ii) na legislação e na regulação pertinentes, às quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.

A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO observará, sempre, o procedimento previsto na Cláusula 55 do CONTRATO, de forma que a ARTESP poderá, além de aplicar a devida penalidade à CONCESSIONÁRIA, exigir a devolução de eventual benefício financeiro que a CONCESSIONÁRIA tenha auferido, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, de modo a evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

**1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 1.1. Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, além do presente ANEXO, o CONTRATO, com destaque para a Cláusula 55, o EDITAL e os demais ANEXOS do CONTRATO, bem como a legislação aplicável.
- 1.2. Nas hipóteses em que as infrações já estejam expressamente descritas e tipificadas na TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES, os níveis e grupos das penalidades respectivas já foram fixados de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.
  - 1.2.1. Não é cabível a aplicação dos princípios da proporcionalidade e/ou da razoabilidade para a redução dos valores da penalidade de multa indicados na TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES do item 6 do presente ANEXO ao patamar de que trata o item 3.1.1, considerando que tais valores já foram fixados de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.
- 1.3. A data de referência temporal das tabelas constantes deste ANEXO é a DATA BASE.
  - 1.3.1. Os valores deste ANEXO deverão ser reajustados quando da ocorrência de cada reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, com base na variação do IPCA ocorrida entre o mês anterior à DATA BASE indicada no CONTRATO e o mês anterior ao do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.
- 1.4. Nas infrações que comprovadamente decorram de hipóteses de força maior e/ou caso fortuito e/ou configurem inexigibilidade de conduta diversa, não será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA, desde que o evento alheio à culpa e responsabilidade da CONCESSIONÁRIA seja a razão direta e imediata da conduta infracional.
  - 1.4.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de força maior e/ou caso fortuito, será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA.
  - 1.4.2. Para fins de aplicação das penalidades, considera-se:
    - 1.4.2.1. Força maior e caso fortuito: o evento assim definido na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO;
    - 1.4.2.2. Inexigibilidade de conduta diversa: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa ou dolo da CONCESSIONÁRIA, por decorrerem de situações em que a CONCESSIONÁRIA não poderia ter agido de forma distinta.
- 1.5. Salvo nas hipóteses previstas no item 1.4, restará configurada infração contratual da CONCESSIONÁRIA, com a aplicação da penalidade correspondente, sempre que verificada conduta descrita na TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES do Item 6 deste ANEXO ou prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, ou na legislação e/ou regulamentação, considerando o disposto no item 3.2.2, sem prejuízo da consideração de eventuais circunstâncias agravantes e/ou atenuantes, sendo irrelevantes:

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

- i. A caracterização de incidente notável, nos termos do inciso ix, do item 9.1, do ANEXO III.A do CONTRATO;
  - ii. A produção de danos graves ou riscos à prestação dos SERVIÇOS, a USUÁRIOS ou a terceiros, nos casos em que tais circunstâncias não constituam elemento do tipo infracional;
  - iii. As condutas adotadas pela CONCESSIONÁRIA anteriormente ou posteriormente à conduta infracional, ressalvados os casos que constituam atenuante ou inexigibilidade de conduta diversa;
  - iv. O fato de a infração ter sido cometida pouco tempo depois do início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS, sem prejuízo da aplicação da circunstância atenuante prevista no item 3.2.4, (v);
  - v. O fato de a infração ter como causa:
    - a. Defeitos de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA qualificáveis como imprevisíveis e/ou improváveis, ressalvados os casos que constituam força maior ou caso fortuito;
    - b. O estado dos BENS INTEGRANTES transferidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, salvo se caracterizado vício de responsabilidade do PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 23 e seguintes do CONTRATO; ou
    - c. A ação de subcontratados, fornecedores, funcionários, terceirizados ou empregados da CONCESSIONÁRIA, inclusive do OPERADOR SUBCONTRATADO, independentemente do tipo de colaborador envolvido na conduta infracional, sendo imputável à CONCESSIONÁRIA, como se por ela tivessem sido diretamente praticados, todos os atos executados por pessoas físicas e jurídicas que tenha contratado;
- 1.6. A CONCESSIONÁRIA poderá sofrer, pelo descumprimento de uma mesma obrigação contratual, a aplicação de penalidades previstas neste ANEXO e, cumulativamente, a redução de sua CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, em razão da incidência dos INDICADORES DE DESEMPENHO, sem que esteja caracterizado *bis in idem*, considerando que os INDICADORES DE DESEMPENHO não possuem caráter sancionatório.
- 1.7. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração dentre as previstas neste ANEXO, será aplicada a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infrações relativas à mesma conduta. No caso específico das condutas infracionais tratadas nos itens 91 a 93 da TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES constante do Item 6 deste ANEXO, havendo sobreposição de tipos infracionais incidentes sobre a mesma conduta infracional, somente será aplicável uma multa para cada conduta infracional/fato, sob pena de *bis-in-idem*, devendo a ARTESP escolher a multa mais específica.

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

- 1.8. Caso a CONCESSIONÁRIA incorra em infração cujos efeitos perdurem no tempo, será cobrada multa moratória de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da penalidade aplicada, a contar do dia da materialização da infração.
- 1.9. A ARTESP poderá, a seu critério, conceder novo prazo para a correção de irregularidades referentes a infrações cujos efeitos do descumprimento perdurem no tempo, desde que a infração não impacte a entrega definitiva de EMPREENDIMENTOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS CONTINGENTES.
  - 1.9.1. O novo prazo para correção de irregularidades se estenderá por até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis no limite por até igual período, e deverá ser tecnicamente compatível com a realização da obra ou serviço não executado.
  - 1.9.2. A correção das irregularidades verificadas dentro do novo prazo previsto no item acima isentará a CONCESSIONÁRIA do pagamento da multa moratória prevista no item 1.8.
  - 1.9.3. O não cumprimento da obrigação dentro do novo prazo estipulado acarretará a cobrança de multa moratória prevista no item 1.8, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento desse novo prazo estipulado até o cumprimento da obrigação. As multas moratórias não poderão ultrapassar o valor da parcela da obrigação ainda não cumprida.
  - 1.9.4. A concessão de novo prazo para correção de irregularidades não suspende a tramitação de processos sancionatórios já instaurados, salvo em caso de decisão expressa em contrário.
  - 1.9.5. A concessão de novo prazo para correção de irregularidades não suspende ou impede a própria apuração de cometimento de novas infrações, não importando se as condutas faltosas a serem apuradas tenham sido realizadas antes ou depois do período tratado pelo Item 1.9.1.
- 1.10. Sem prejuízo do disposto no Item 1.9, sendo aplicada à CONCESSIONÁRIA penalidade relacionada ao atraso ou descumprimento dos marcos temporais dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS de EMPREENDIMENTOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS CONTINGENTES, a exigibilidade dessa penalidade será suspensa até o prazo previsto para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS CONTINGENTES.
  - 1.10.1. O cumprimento do prazo para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS CONTINGENTES acarretará a convalidação de eventual penalidade em advertência nos processos sancionatórios relacionados ao descumprimento das obrigações descritas no Item 1.9.
  - 1.10.2. O descumprimento do prazo para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS CONTINGENTES reestabelecerá a exigibilidade das penalidades por atraso ou descumprimento dos marcos temporais dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS de EMPREENDIMENTOS, INVESTIMENTOS

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS CONTINGENTES.

- 1.10.3. Sem prejuízo do quanto disposto no item anterior, a ARTESP aplicará penalidade pelo descumprimento do prazo para conclusão definitiva dos EMPREENDIMENTOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS CONTINGENTES, acrescida de multa moratória à razão de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da penalidade aplicada, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo até sua conclusão definitiva.
- 1.10.4. Paralelamente à aplicação da penalidade de que trata o item 1.10.3 será aferido eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, na forma prevista em sua Cláusula 27.3.1.1.

## **2. PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES**

- 2.1. Sem prejuízo da aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA na forma prevista neste Item, o benefício financeiro eventualmente auferido pela CONCESSIONÁRIA, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, após apuração em processo administrativo, deverá ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, de modo a evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.
- 2.2. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação de multas comprovadamente devidas, após decisão administrativa da qual não caiba mais recurso administrativo, reverterão em favor do PODER CONCEDENTE, sendo descontadas em uma única parcela, preferencialmente, da próxima CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e mantido o valor correspondente na CONTA CENTRALIZADORA.
  - 2.2.1. Na hipótese de ter sido a multa espontaneamente quitada na data prevista no seu documento de cobrança, o valor correspondente será direcionado à CONTA CENTRALIZADORA, pela ARTESP.
  - 2.2.2. Caso não seja possível a dedução de que trata o item acima, ou a compensação com valores devidos pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento da multa, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação da decisão administrativa definitiva, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado nos autos do processo administrativo sancionatório, no mesmo prazo.
  - 2.2.3. O não recolhimento de qualquer multa devida, quando impossível a dedução de que trata o Item 2.2, ou sua compensação com valores devidos pelo PODER CONCEDENTE, nos termos e prazo fixados, caracterizará falta grave e ensejará a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, nos termos estabelecidos no CONTRATO, sem que outras providências sejam necessárias.
- 2.3. Constatado algum tipo de infração contratual no exercício da fiscalização que importe em potencial aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, o responsável pela fiscalização do CONTRATO deverá lavrar TERMO DE FISCALIZAÇÃO, contendo:

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

- i. Descrição do(s) fato(s) constatado(s);
  - ii. Indicação de eventual reincidência, constando a data da última ocorrência, se o caso;
  - iii. Enquadramento do fato constatado com as infrações previstas neste ANEXO, ou, caso não haja tipificação específica, com descumprimento de obrigações previstas no CONTRATO, no EDITAL e em seus ANEXOS, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis. Nas hipóteses em que uma determinada conduta praticada pela CONCESSIONÁRIA corresponder a mais de uma infração dentre as previstas citadas neste Anexo, a ARTESP justificará a sua escolha pela penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta;
  - iv. Registro fotográfico, quando compatível com a natureza da infração;
  - v. Indicação da penalidade cabível, observados os critérios neste ANEXO;
  - vi. Identificação do agente fiscalizador.
- 2.3.1. A consumação da infração depende apenas da prática de ato tipificado nos termos do CONTRATO e/ou de seus ANEXOS, independentemente de sua identificação, imediata ou posterior, pela ARTESP, que, quando da lavratura do TERMO DE FISCALIZAÇÃO, indicará o fato constatado e a data da consumação da infração, que poderá ser anterior à data da fiscalização.
- 2.4. Eventuais erros de enquadramento ou de indicação da penalidade cabível, por parte do agente fiscalizador, poderão ser sanados no âmbito do processo administrativo sancionador, devendo ser devolvido o prazo de defesa da CONCESSIONÁRIA caso do saneamento resulte alguma nova informação de natureza fática.
- 2.5. Lavrado o TERMO DE FISCALIZAÇÃO, este deverá ser encaminhado:
- 2.5.1. À autoridade competente no âmbito da ARTESP, para fins de avaliação quanto à instauração de processo administrativo sancionador, seguindo-se o regular trâmite legal previsto na Lei Estadual Complementar nº 1.413/2024; e
  - 2.5.2. À CONCESSIONÁRIA, indicando prazo para regularização das faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo de concomitante instauração de processo administrativo sancionatório, nos termos da Lei Estadual Complementar nº 1.413/2024.
- 2.5.2.1. A lavratura do TERMO DE FISCALIZAÇÃO e a instauração do respectivo processo administrativo sancionatório independem da conclusão dos relatórios e procedimentos técnicos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA para a apuração de ocorrências, e da adoção das medidas pertinentes à regularização das faltas e defeitos verificados, inclusive os mencionados no ANEXO III.A e seus apensos, sendo cabíveis assim que, no exercício da fiscalização do CONTRATO, seja constatado algum tipo de infração contratual que importe em potencial aplicação de penalidades à



**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

**CONCESSIONÁRIA.**

- 2.5.2.2. A regularização das faltas apontadas no TERMO DE FISCALIZAÇÃO não afasta a configuração do descumprimento e, conseqüentemente, a aplicação da correspondente penalidade, nos termos previstos neste ANEXO, na Cláusula 60 e na legislação aplicável, observadas as hipóteses previstas nos Itens 1.9 e 1.10, quando cabíveis.
- 2.6. No TERMO DE FISCALIZAÇÃO, ou em qualquer fase do processo administrativo instaurado para apurar eventual descumprimento contratual, poderá a ARTESP, por iniciativa própria ou mediante provocação, determinar a adoção de medida preventiva ou mitigadora, quando houver indício ou fundado receio de que a CONCESSIONÁRIA, direta ou indiretamente, possa causar aos PASSAGEIROS ou à coletividade lesão irreparável ou de difícil reparação, ou possa tornar ineficaz o resultado final do processo.
- 2.6.1. O descumprimento das medidas preventivas ou mitigadoras determinadas pela ARTESP configurará circunstância agravante;
- 2.6.2. É possível a reunião, em um mesmo processo administrativo sancionatório, de casos conexos envolvendo infrações de idêntica tipificação, caso em que a eventual aplicação de penalidade considerará o número de infrações cometidas;
- 2.6.3. Constatada a ocorrência de circunstâncias atenuantes e/ou agravantes para apenas uma ou parte das infrações apuradas, a ARTESP deverá aplicar penalidades separadamente.
- 2.7. Uma vez citada, por meio eletrônico, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias corridos, instruindo-a com os elementos probatórios que julgar convenientes, inclusive com a indicação das provas que pretende produzir.
- 2.7.1. A citação referida no item acima deverá ser acompanhada do respectivo TERMO DE FISCALIZAÇÃO.
- 2.7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado junto à ARTESP o endereço eletrônico pelo qual receberá quaisquer citações, notificações, intimações ou comunicações relativas ao presente CONTRATO, adotando-se como termo inicial para a contagem de prazos o dia útil imediatamente subsequente ao envio da comunicação eletrônica.
- 2.7.3. Considera-se produção de provas a instrução da defesa apresentada pela CONCESSIONÁRIA com a documentação pertinente às teses defensivas então formuladas, bem como a apreciação desses documentos pela autoridade competente no âmbito da ARTESP.
- 2.7.4. Não acolhidas as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA em sede de defesa, ou caso o prazo do item 2.7 transcorra sem que haja a apresentação de defesa pela CONCESSIONÁRIA e concluindo-se pela ocorrência de infração contratual, será aplicada a sanção cabível, na forma deste ANEXO e mediante intimação da CONCESSIONÁRIA.

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

- 2.7.4.1. A intimação sobre a aplicação de penalidades será realizada por meio de notificação escrita, mediante protocolo de entrega ou envio eletrônico, determinando, quando se tratar de multa, o seu pagamento, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis a contar de seu recebimento, observado o item 3.2.1.1.
- 2.7.5. Na hipótese de eventual penalidade aplicada pela ARTESP, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação pela CONCESSIONÁRIA, uma única vez, diretamente à autoridade hierarquicamente superior à que prolatou a decisão, sempre no âmbito da ARTESP.
- 2.7.5.1. O prazo previsto no item será aplicável aos pedidos de reconsideração, os quais poderão ser apresentados uma única vez na hipótese de ato do qual não caiba recurso hierárquico, conforme previsto no artigo 165 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.
- 2.7.5.2. A decisão que julgar os recursos interpostos pela CONCESSIONÁRIA não poderá agravar as penalidades eventualmente aplicadas em seu desfavor, salvo nos casos de revogação ou invalidação da decisão recorrida.
- 2.8. O cumprimento das penalidades impostas pela ARTESP não exime a CONCESSIONÁRIA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades previstas neste CONTRATO e ANEXOS, bem como da reparação de eventuais perdas e danos causados ao PODER CONCEDENTE, aos seus empregados, aos PASSAGEIROS, ou a terceiros, em decorrência das atividades relacionadas com a CONCESSÃO.
- 2.9. A CONCESSIONÁRIA não poderá ser penalizada caso ocorram descumprimentos contratuais decorrentes direta e comprovadamente de:
- 2.9.1. Evento cujo risco foi atribuído ao PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 23 do CONTRATO;
- 2.9.2. Eventos previstos nas Cláusulas 22.1.2 e 22.1.7 do CONTRATO, desde que a CONCESSIONÁRIA demonstre que tomou todas as medidas cabíveis para evitar a materialização do risco e que não concorreu culposa ou dolosamente para o evento, observado o disposto na Cláusula 22.1.2.1;
- 2.9.3. Excludentes de responsabilidade previstas neste ANEXO.
- 2.10. A CONCESSIONÁRIA poderá, nos termos da Resolução SPI nº 01/2024, ou outra que a substitua, encaminhar manifestação de interesse na realização da quitação não litigiosa de multas já aplicadas pela ARTESP, ou objeto de processo administrativo sancionatório em curso.

### **3. PENALIDADES EM ESPÉCIE**

#### **3.1. ADVERTÊNCIA**

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

- 3.1.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada, em substituição à penalidade de multa, em razão do cometimento de infrações contratuais enquadradas nos Grupos I e II, Nível A, devidamente reajustados nos mesmos termos do item 1.3.1 deste ANEXO, conforme: (a) indicado nas Tabelas de Valores de Multas do item 5 do presente ANEXO, ou (b) determinado com base na sistemática do item 3.2.2, desde que cumpridos os seguintes requisitos:
- i. a CONCESSIONÁRIA solicite formalmente a conversão da penalidade de multa em advertência, mediante reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, no prazo definido para apresentação da defesa, no âmbito administrativo;
  - ii. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado todas as medidas necessárias à efetiva correção da falta, resultando em comprovada cessação da infração até a data da solicitação;
  - iii. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas cabíveis para evitar a ocorrência de falta semelhante;
  - iv. não tenham sido causados danos significativos pela infração ao PODER CONCEDENTE, ao SERVIÇO CONCEDIDO e/ou aos PASSAGEIROS. Serão entendidos como significativos os danos que: (i) possam vir a comprometer o atendimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, de modo a reduzir o desempenho da concessionária para níveis inferior a “satisfatório” ou nota de desempenho inferior a “valor 4” nos termos do ANEXO III.D do CONTRATO, ou prejudicar a prestação dos SERVIÇOS; ou (ii) possam representar qualquer tipo de prejuízo financeiro ao PODER CONCEDENTE ou aos PASSAGEIROS; e
  - v. não tenha sido configurada reincidência específica praticada pela CONCESSIONÁRIA, conforme definição da Cláusula 59.3 do CONTRATO.

### **3.2. MULTA**

- 3.2.1. Serão aplicadas multas em virtude de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às cláusulas contidas no CONTRATO e ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO, observado o disposto na Cláusula 60.3 do CONTRATO.
- 3.2.1.1. Os valores das multas, quando aplicadas, estarão sujeitos à incidência da TAXA SELIC, calculada pro rata die, a contar da data do encerramento do prazo para pagamento, determinado na forma do item 3.2.1.1, até a data do efetivo pagamento.
- 3.2.2. Na hipótese de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de qualquer obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, ou na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, para a qual não houver cominação de multa específica, esta será calculada usando-se como referência os valores previstos para infrações de semelhante natureza e gravidade, sempre respeitando os valores mínimos e máximos

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

previstos neste ANEXO, garantindo-se a proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção, mediante observância dos seguintes critérios, quando cabíveis:

- i. a natureza e a gravidade da infração;
- ii. o dano dela resultante ao PODER CONCEDENTE, aos PASSAGEIROS, aos empregados da CONCESSIONÁRIA, a prestadores de serviços da CONCESSIONÁRIA, e/ou a transeuntes, ou, ainda, aos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA;
- iii. as vantagens auferidas ou pretendidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- iv. a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos; e
- v. os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventual reincidência.

3.2.3. O valor base da multa, definido na Tabela de Valores das Multas ou através da sistemática dos itens 3.2.4 e 3.2.5 deste ANEXO, poderá ser aumentado ou reduzido, em razão da presença das circunstâncias agravantes e atenuantes.

3.2.4. São consideradas circunstâncias atenuantes:

- i. O reconhecimento, no prazo para apresentação da defesa no âmbito administrativo, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade, com a correspondente apresentação de manifestação de interesse na quitação não litigiosa do valor da multa, conforme modalidades e procedimento previstos na Resolução SPI nº 01/2024;
- ii. O concurso de agentes externos para o descumprimento, quando suas ações tiverem influência no resultado produzido;
- iii. Quando compatível com a natureza da infração, a execução de medidas espontâneas pela CONCESSIONÁRIA, resultando na cessação da infração e recomposição das condições dos ofendidos, no prazo para apresentação da defesa no âmbito administrativo;
- iv. O fato de a infração ter sido cometida durante os primeiros 6 (seis) meses contados do início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS.
- v. Apresentação de manifestação de interesse na quitação não litigiosa do valor da multa, conforme modalidades e procedimento previstos na Resolução SPI nº 01/2024, após a condenação da CONCESSIONÁRIA no âmbito de processo administrativo sancionatório e anteriormente à prolação de decisão em sede de recurso administrativo; e

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

- vi. Apresentação de manifestação de interesse na quitação não litigiosa do valor da multa, conforme modalidades e procedimento previstos na Resolução SPI nº 01/2024, após a instauração do processo administrativo sancionatório e anteriormente à prolação de decisão condenatória;
- 3.2.4.1. A circunstância atenuante de que trata o inciso iv do item 3.2.4 será aplicável exclusivamente às infrações pertinentes ao SERVIÇO cuja FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL tenha sido iniciada há menos de 6 (seis) meses.
- 3.2.4.2. As circunstâncias atenuantes previstas no item 3.2.4 ensejarão os seguintes descontos sobre as multas:
- i. Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso i: Redução de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
  - ii. Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso ii: Redução de 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
  - iii. Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso iii: Redução de 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
  - iv. Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso iv: Redução de 10 % (dez por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.
  - v. Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso v: Redução de 20 % (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
  - vi. Atenuante prevista no item 3.2.4, inciso vi: redução de 10 % (dez por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa
- 3.2.4.3. A eficácia das atenuantes previstas nos incisos i e ii do item 3.2.4 submete-se à condição suspensiva correspondente ao pagamento espontâneo, pela CONCESSIONÁRIA, da multa calculada e aplicada ao final do devido processo administrativo. A superação do prazo estabelecido para a satisfação da multa sem o seu incondicionado pagamento importará na desconsideração da atenuante aplicada e na adoção das medidas legal ou contratualmente previstas para a cobrança da multa em seu valor integral.
- 3.2.5. São consideradas circunstâncias agravantes:
- i. Ter a infração sido cometida mediante fraude ou má-fé;
  - ii. Não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, no prazo e nos termos recomendados pela ARTESP;
  - iii. Praticar a infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração;

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

- iv. A configuração de reincidência específica praticada pela CONCESSIONÁRIA, conforme conceito definido na Cláusula 60.3 do CONTRATO. Para que não haja *bis in idem* para tipos infracionais incidentes sobre a mesma conduta, esta alínea deverá ser desconsiderada como circunstância agravante na aplicação de penalidades, caso a reincidência já constitua elemento do tipo das infrações, conforme item 3.2.7 deste ANEXO; e
- v. A litigância de má-fé ao longo do processo administrativo sancionatório, caracterizada por quaisquer das condutas previstas no artigo 80 do Código de Processo Civil.

3.2.5.1. As circunstâncias agravantes previstas no item 3.2.5 ensejarão, individualmente, os acréscimos de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;

3.2.6. Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as seguintes situações agravantes e/ou atenuantes:

- i. a atenuante prevista no item 3.2.4, inciso i, cumulativamente com as atenuantes previstas no item 3.2.4, incisos v e/ou vi, prevalecendo a primeira que for aplicável;
- ii. a atenuante prevista no item 3.2.4, inciso ii, cumulativamente com a agravante prevista no item 3.2.5, inciso ii, prevalecendo a agravante;
- iii. quaisquer das atenuantes previstas no item 3.2.4, incisos iii, iv ou v, cumulativamente com a agravante prevista no item 3.2.5, inciso v, prevalecendo a agravante.

3.2.7. Não serão consideradas na dosimetria da multa as circunstâncias atenuantes ou agravantes que constituam elemento do tipo da infração descrita na TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES, ou identificada com base na sistemática do item 3.2.3.

3.2.8. A existência de vítima em razão de não cumprimento das Diretrizes Operacionais Mandatórias e/ou Diretrizes de Manutenção Mandatórias implicará a imposição de multa, por vítima, no valor da infração referida no item 95 da TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES.

3.3. A classificação das infrações prevista na TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES é indicativa do provável enquadramento de cada tipo infracional, sem prejuízo da possibilidade de enquadramento em categoria distinta, ao longo do processo administrativo sancionatório.

#### **4. PENAS DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

4.1. A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do ESTADO e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no art. 156 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, quando decretada a caducidade da CONCESSÃO, considerando-se, ainda, as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

- i. a natureza e a gravidade da infração;
  - ii. a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
  - iii. o dano resultante ao PODER CONCEDENTE, aos PASSAGEIROS, aos empregados da CONCESSIONÁRIA, a prestadores de serviços da CONCESSIONÁRIA, a transeuntes, ou, ainda, aos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA;
  - iv. as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
  - v. a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
  - vi. a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e
  - vii. os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.
- 4.2. A penalidade de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do Estado de São Paulo será aplicada por prazo não superior a 3 (três) anos.
- 4.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA surtirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, por prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 4.3.1. A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente: (i) reparação integral do dano causado à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; (ii) pagamento da multa; (iii) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; (iv) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e (v) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos elencados neste item.

## **5. TABELAS DE VALORES DE MULTAS**

Tabela I  
Definições dos Grupos

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

Grupos	Valores de Multas
I	R\$ [●]
II	R\$ [●]
III	R\$ [●]
IV	R\$ [●]
V	R\$ [●]

Tabela II  
Níveis de Classificação das Penalidades

Nível	Classificação das Penalidades
A	[●]% do Valor da Multa
B	[●]% do Valor da Multa
C	[●]% do Valor da Multa
D	[●]% do Valor da Multa
E	[●]% do Valor da Multa
F	[●]% do Valor da Multa

- 5.1. As infrações são divididas nas seguintes categorias, ressalvados os efeitos das circunstâncias dispostas nos itens 3.1.1, i, 3.2.4 e 3.2.5.



PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

**6. TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES**

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CONFIGURAÇÃO
<b>PLANOS, CERTIFICADOS, RELATÓRIOS E OUTROS DOCUMENTOS</b>				
1.	1.1 Deixar de submeter ou implantar os PLANOS OPERACIONAIS, com todos os PLANOS (observadas as infrações 11, 12 e 58) que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	II	D	Não implantar parcialmente
			F	Não implantar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a autorização e/ou aprovação prévia
	1.2 Deixar de observar os procedimentos de operação constante dos PLANOS OPERACIONAIS, com todos os PLANOS que os compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO	I	D	Pela não observância
2.	2.1 Deixar de submeter ou implantar o PLANO DE INVESTIMENTOS e/ou suas revisões, com todos os planos que o compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	III	D	Não implantar parcialmente
			F	Não implantar integralmente
			F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a autorização e/ou aprovação prévia
	2.2 Deixar de observar o PLANO DE INVESTIMENTOS e/ou suas revisões, com todos os planos que o compõem, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	I	D	Pela não observância
3.	3.1 Deixar de submeter ou implantar o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	I	B	Não implantar parcialmente
			B	Não implantar integralmente
			C	Não submeter e/ou iniciar atos sem a

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

				autorização e/ou aprovação prévia
	3.2 Deixar de observar o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	I	C	Pela não observância
4.	Deixar de submeter o PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	I	A	Não submeter
5.	5.1. Deixar de submeter o PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA E SERVIDÃO E REASSENTAMENTO ou os PLANOS ESPECÍFICOS DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA E SERVIDÃO E REASSENTAMENTO no prazo e na forma estabelecidos no ANEXO IV.A do CONTRATO, inclusive considerando as diretrizes PADRÃO DE DESEMPENHO 5 do IFC.	IV	D	Não submeter e/ou iniciar atos sem a autorização e/ou aprovação prévia
	5.2. Deixar de iniciar a implantação o PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA E SERVIDÃO E REASSENTAMENTO ou os PLANOS ESPECÍFICOS DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA E SERVIDÃO E REASSENTAMENTO no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e no ANEXO IV.A do CONTRATO, considerando as diretrizes PADRÃO DE DESEMPENHO 5 do IFC.	IV	E	Por infração
	5.3. Deixar de observar o PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA E SERVIDÃO E REASSENTAMENTO ou os PLANOS ESPECÍFICOS DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA E SERVIDÃO E REASSENTAMENTO no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e no ANEXO IV.A do CONTRATO, considerando as diretrizes PADRÃO DE DESEMPENHO 5 do IFC.	III	D	Pela não observância

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

6.	6.1. Deixar de implantar sistema de gestão de qualidade, em conformidade com a Norma NBR ISO 9001, nos processos de OPERAÇÃO e manutenção objeto do CONTRATO, e/ou de obter sua certificação por organismo certificador acreditado pelo INMETRO ou por outro organismo legalmente reconhecido, no prazo estabelecido no CONTRATO.	II	F	Não início na data preestabelecida
	6.2. Perder, a qualquer momento ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, a certificação a que alude o Item 6.1 acima.	IV	F	Por infração
	6.3. Deixar de obter e apresentar, no prazo solicitado pela ARTESP, manter vigentes e renovar todas as licenças, autorizações, anuências, permissões, certidões, habilitações, outorgas e alvarás em nome da CONCESSIONÁRIA, necessárias para execução do CONTRATO, excetuados os casos previstos em tipos infracionais específicos.	II	F	Não obter/ apresentar e/ou manter e/ou renovar
7.	Alterar, atualizar ou revisar os PLANOS sem submissão à ARTESP, na forma determinada no CONTRATO.	III	E	Não alterar, atualizar ou revisar
8.	8.1 Deixar de submeter ou implantar o PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seu ANEXO IV.B.	II	F	Não submissão e/ou não implantação
	8.2 Deixar de observar o PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO e em seu ANEXO IV.B.	II	D	Pela não observância
9.	9.1 Deixar de submeter ou implantar o PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA, no prazo e na forma estabelecidos no ANEXO IV.A do CONTRATO.	II	F	Não submissão e/ou não implantação
	9.2 Deixar de observar o PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA, no prazo e na forma estabelecidos no ANEXO IV.A do CONTRATO.	II	D	Pela não observância
10.	10.1 Deixar de submeter e aprovar o ESIA, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	II	F	Não submeter e/ou iniciar atos sem a APROVAÇÃO

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

	10.2 Deixar de observar o ESIA, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	II	D	Pela não observância
<b>SEGUROS</b>				
11.	Deixar de submeter ou implantar o PLANO DE SEGUROS, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO.	II	F	Não submeter/implantar
12.	Deixar de observar o PLANO DE SEGUROS, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO, deixando de contratar, renovar, atualizar ou manter vigentes os seguros, na forma exigida no CONTRATO.	II	D	Pela não observância
<b>IMPLANTAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA</b>				
13.	Não iniciar ou iniciar com atraso a implantação de obras referentes às construções, ampliações, requalificações, adequações e modernizações, conforme CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO vigente, respeitando os marcos e etapas que o constituem.	II	D	Por atraso ou falta de início referente às intervenções que compõem o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO vigente, conforme listagem do ANEXO VIII.A, sendo aplicável a multa moratória e demais disposições dos itens 1.8, 1.9 e 1.10.
14.	Não concluir ou concluir com atraso a implantação de obras referentes às construções, ampliações, requalificações, adequações e modernizações, conforme CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO vigente, descumprindo os marcos contratuais de conclusão do investimento (PACOTES DE INVESTIMENTO) constantes do ANEXO IX.A.	V	C	Por atraso ou falta de conclusão referente às intervenções que compõem o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO vigente conforme listagem do ANEXO VIII.A, sendo aplicável a multa moratória e demais disposições dos itens 1.8, 1.9 e 1.10.

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

15.	15.1 Deixar de submeter o PLANO DE FINANCIAMENTO, no prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO	II	F	Não submeter
16.	Descumprir o prazo estabelecido para conclusão das pendências listadas na CONCLUSÃO SUBSTANCIAL para efeito de certificação/aprovação da CONCLUSÃO PLENA dos PACOTES DE INVESTIMENTO	III	F	Por descumprimento de prazo
17.	Descumprir o marco temporal de término da execução das obras, indicados nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, relacionadas à acessibilidade nas Estações.	III	F	Por estação, sendo aplicável a multa moratória e demais disposições dos itens 1.8, 1.9 e 1.10.
<b>ASSUNÇÃO DO SERVIÇO/TRANSFERÊNCIA DA POSSE DOS BENS PÚBLICOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>				
18.	Descumprir o prazo máximo fixado no CONTRATO de duração das fases contratuais previstas na Cláusula 8.1 independentemente da concordância da ARTESP com eventual prorrogação, em razão da ocorrência de evento de risco ou responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, ou descumprimento contratual desta, ainda que concomitantemente à ocorrência do evento de risco ou responsabilidade do PODER CONCEDENTE, ou descumprimento contratual deste.	V	E	Por descumprimento de prazo.
19.	Deixar de apresentar o quadro técnico dos MULTIPLICADORES escalados para o treinamento realizado na FASE PRÉ-OPERACIONAL, no prazo fixado no CONTRATO.	II	F	Não apresentação.
20.	Deixar de assinar o TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE que encerra a FASE PRÉ-OPERACIONAL, nos termos do ANEXO III.B e do CONTRATO (Cláusula 10.1).	I	F	Por infração.
21.	Deixar de iniciar a FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS após a assinatura	V	E	Por descumprimento de prazo.

ANEXO V - PENALIDADES

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

	do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.			
<b>PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS</b>				
22.	Deixar de preservar a atualidade e modernidade na prestação dos SERVIÇOS, na forma detalhada na Cláusula 16 do CONTRATO.	I	F	Por item ou serviço.
<b>PROPRIEDADE DO PROJETO, DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E DOS DIREITOS RELATIVOS À REDE METROVIÁRIA</b>				
23.	Deixar de ceder, sem ônus e definitivamente, ao PODER CONCEDENTE e às futuras SUCESSORAS, licença para usar estudos, projetos e outros trabalhos intelectuais criados e utilizados ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, ou direitos de propriedade intelectual, nos termos previstos no CONTRATO.	IV	E	Por licença.
24.	Descumprir a obrigação de garantir que todos os sistemas supervisores, de automação e de controle operacional sejam de código aberto, ou de franquear acesso aos respectivos códigos à ARTESP.	V	C	Por sistema.
25.	Utilizar a documentação técnica relativa à CONCESSÃO, especialmente aos BENS INTEGRANTES, para fins diversos dos previstos no CONTRATO.	II	F	Por infração.
26.	Deixar de disponibilizar à ARTESP, após solicitação formal, cópia digital de documentação gerada com a implantação da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA, ou a prestação dos SERVIÇOS, assim como alterações na referida documentação no decorrer da OPERAÇÃO.	IV	E	Por infração.
<b>LICENCIAMENTO AMBIENTAL, GESTÃO AMBIENTAL E PASSIVOS AMBIENTAIS</b>				
27.	27.1. Deixar de tomar as providências necessárias para emissão das autorizações, anuências e outorgas ambientais de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, descritas no CONTRATO e no ANEXO IV.B.	III	F	Por infração.

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

	27.2. Deixar de obter as LICENÇAS AMBIENTAIS de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, necessárias à execução do CONTRATO, observados os termos do CONTRATO e de seu ANEXO IV.B.	V	C	Por infração.
28.	Deixar de cumprir exigências ou condicionantes estabelecidas nas LICENÇAS AMBIENTAIS obtidas pela CONCESSIONÁRIA ou transferidas pelo PODER CONCEDENTE, observado o disposto na Cláusula 51 do CONTRATO e no ANEXO IV.B do CONTRATO.	III	F	Por infração.
29.	Deixar de manter vigentes ou renovar todas as licenças, autorizações, anuências e outorgas ambientais necessárias à execução do CONTRATO.	V	D	Por infração.
30.	Deixar de implantar ou manter sistema de gestão ambiental, observados o prazo e as condições constantes do CONTRATO e do ANEXO IV do CONTRATO.	IV	E	Por infração.
31.	Deixar de solicitar, quando pertinente, a retificação da LICENÇA AMBIENTAL de Operação de Regularização, em conformidade com a legislação vigente, observado o ANEXO IV.B do CONTRATO.	IV	E	Por infração.
32.	Deixar de tomar as providências descritas no ANEXO IV.B do CONTRATO para gestão dos PASSIVOS AMBIENTAIS.	V	D	Por infração.
<b>RECEITAS ACESSÓRIAS</b>				
33.	Iniciar a exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS previstas no PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, sem comunicar previamente ou encaminhar à ARTESP as minutas dos respectivos contratos ou outros documentos pertinentes, contendo as informações exigidas no CONTRATO.	I	F	Por infração.
34.	Explorar ou auferir RECEITA ACESSÓRIA sem compartilhar os valores auferidos com o PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.	I	F	Por contrato, sem prejuízo do pagamento retroativo, devidamente atualizado

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

35.	Deixar de encaminhar à ARTESP, no prazo previsto no CONTRATO, relatório contemplando o detalhamento dos valores arrecadados a título de RECEITAS ACESSÓRIAS, cópia das faturas e instrumentos congêneres e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do CONTRATO.	I	F	Por infração
36.	Explorar direta ou indiretamente fontes alternativas ou complementares de receita ou explorar comercialmente projetos ou empreendimento associados na ÁREA DA CONCESSÃO que comprometam a segurança da OPERAÇÃO e os padrões de qualidade dos SERVIÇOS.	IV	F	Por contrato
37.	Descumprir a obrigação de celebração, por escrito, de todos os contratos de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS.	I	F	Por contrato
38.	Celebrar contrato de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS por prazo superior ao PRAZO DA CONCESSÃO, sem autorização prévia e expressa da ARTESP.	IV	F	Por contrato
39.	Celebrar contrato de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS por valores inferiores à realidade de mercado, de maneira a se reduzir, artificialmente, o valor auferido a título de RECEITAS ACESSÓRIAS.	V	E	Por infração
<b>FINANCIAMENTO</b>				
40.	40.1. Oferecer direitos emergentes da CONCESSÃO como garantia de operações e financiamentos sem a anuência prévia e expressa da ARTESP.	V	F	Por infração
	40.2. Dar ações ou direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA, em garantia de financiamentos, sem a anuência prévia e expressa pela ARTESP.	V	F	Por infração
<b>BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO, REVERSÃO E TRANSIÇÃO</b>				



**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

41.	Deixar de manter os BENS INTEGRANTES em bom estado de conservação, em pleno funcionamento e em segurança, conforme Cláusula 15.4 verificados com base na adequação das condições de uso e de manutenção presentes no relatório de inspeção de que trata a Cláusula 16.3 do CONTRATO.	V	D	Aferição das condições de uso e de manutenção dos BENS INTEGRANTES decorrentes das inspeções estabelecidas no CONTRATO
42.	Deixar de manter o INVENTÁRIO atualizado, com todas as informações exigidas e na forma prevista no CONTRATO.	I	F	Por aferição de desatualização do INVENTÁRIO
43.	Deixar de registrar os BENS INTEGRANTES na contabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo sua distinção em relação aos bens exclusivamente privados, observadas as normas contábeis vigentes e o CONTRATO.	I	F	Por BEM INTEGRANTE não registrado
44.	Tentar ou consumir fraude na caracterização dos BENS INTEGRANTES no INVENTÁRIO, mediante dolo ou culpa da CONCESSIONÁRIA.	V	F	Por infração
45.	Alienar, transferir a terceiros ou constituir ônus, de qualquer natureza, sobre os BENS INTEGRANTES sem a anuência prévia do PODER CONCEDENTE, exceto nos casos previstos na Cláusula 17.3.2 do CONTRATO.	V	F	Por infração
46.	Deixar de mencionar expressamente a vinculação dos BENS INTEGRANTES à CONCESSÃO nos negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA que os envolvam.	I	F	Por infração
47.	Utilizar ou dispor dos BENS INTEGRANTES fora das hipóteses previstas no CONTRATO.	V	D	Por infração
48.	Deixar de reverter ao PODER CONCEDENTE os BENS INTEGRANTES, nas condições previstas no CONTRATO, bem como todos os direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, quando de sua extinção.	V	F	Por infração

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

49.	Realizar dissolução, partilha do patrimônio ou distribuição de valores a qualquer título entre acionistas da CONCESSIONÁRIA antes que: (i) a ARTESP emita o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, atestando que os bens revertidos se encontram em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos; e (ii) esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.	V	F	Por infração
50.	Deixar de apresentar relatórios cumulativos de acompanhamento de falhas de todos os sistemas e do MATERIAL RODANTE com o conteúdo e no prazo previstos no CONTRATO.	I	F	Por infração
<b>CONCESSIONÁRIA</b>				
51.	Descumprir o CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL ou deixar de fazer novos aportes de capital na CONCESSIONÁRIA na hipótese tratada na Cláusula 36.3.3.1 do CONTRATO.	V	C	Por infração
52.	Modificar a composição societária da CONCESSIONÁRIA, implicando a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE, sem prévia e expressa anuência da ARTESP, nas situações em que exigida no CONTRATO.	V	F	Por infração
53.	Deixar de submeter e instituir o PROGRAMA DE CONFORMIDADE no prazo e na forma previstos no CONTRATO.	III	D	Deixar de instituir
			F	Deixar de submeter
54.	Não desenvolver, publicar e implantar POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS, no prazo definido no CONTRATO	III	F	Por infração, independente do descumprimento se dar por ausência de desenvolvimento, publicação ou implantação
<b>OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>				

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

55.	Deixar de subsidiar o VERIFICADOR INDEPENDENTE com informações necessárias para apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, no prazo fixado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.	IV	F	Por infração
56.	Operar com lotação acima do definido no ANEXO III.A	II	F	Seja constatada a ocorrência no dia, no período de pico, ressalvado o disposto no item 6.3.1 do ANEXO III.A
57.	Não cumprir com o estabelecido no CONTRATO, ANEXOS, especialmente o constante do ANEXO III.A para manter limpas as estações e suas dependências, bem como equipamentos de uso público, inclusive as partes externas e internas dos trens, bem como os elevadores e vias.	I	D	Por infração
58.	58.1 Não implantar, antes do início da OPERAÇÃO COMERCIAL de cada SERVIÇO, mecanismos de controle de fraudes/evasão no uso dos SERVIÇOS, sem o pagamento, quando devido, da TARIFA, na forma prevista no PLANO DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE EVASÃO DE RECEITA.	V	E	Por infração
	58.2 Não cumprir com o estabelecido no CONTRATO, ANEXOS e o PLANO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO para coibir prática fraudulenta pelos PASSAGEIROS, contrária ao dever de pagamento da TARIFA, quando exigível seu pagamento.	II	F	Por infração
	58.3 Viabilizar ou facilitar a prática de conduta fraudulenta pelos PASSAGEIROS, contrária ao dever de pagamento da TARIFA, quando exigível seu pagamento.	V	B	Por infração
59.	Não atender aos eventos geradores de alta demanda, nos termos do CONTRATO e de seu ANEXO III.E.	V	F	Por infração

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

60.	Não adotar as providências próprias de atendimento pré-hospitalar ou ambulatorial ao alcance da CONCESSIONÁRIA para mitigar quaisquer danos ocorridos ou socorrer pessoas acidentadas ou com mal súbito no interior da ÁREA DA CONCESSÃO.	III	F	Por infração
61.	Não cumprir com o estabelecido no CONTRATO e no ANEXO III.A para prevenir de crimes e contravenções na ÁREA DA CONCESSÃO.	I	F	Por infração
62.	Não cumprir com o estabelecido nos ANEXOS III.A e III.E a fim de coibir comportamentos inadequados dos PASSAGEIROS, consideradas as condutas tipificadas na legislação e regulação específicas	I	F	Por infração
63.	Deixar de implantar, e manter atualizado à disposição da ARTESP um sistema informatizado de gestão de manutenção (CMMS) e sistema informatizado de gestão da operação (SIGO), nas condições e prazo definidos nos ANEXOS II.C, III.A e III.D.	V	E	Por infração, independente do descumprimento se dar por ausência de implantação, manutenção ou disponibilização ou manutenção
<b>OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONCESSIONÁRIA</b>				
64.	Não manter, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, as condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO, necessárias à prestação do SERVIÇO CONCEDIDO, nos termos do CONTRATO.	IV	F	A partir da aferição da perda das condições de habilitação
65.	Não cumprir as determinações operacionais dos sistemas metropolitanos de transporte público de passageiros.	V	C	Por infração
66.	Deixar de informar à população e aos PASSAGEIROS, quando solicitado pelo PODER CONCEDENTE, sempre que houver alteração da TARIFA, o seu novo valor e a data de vigência, na forma prevista na Cláusula 39.1.52 do CONTRATO	II	F	Por infração

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

67.	67.1 Descumprir as obrigações tributárias e trabalhistas decorrentes da execução do CONTRATO, bem como aquelas previstas no CONTRATO, ou deixar de comprovar seu cumprimento à ARTESP.	I	F	Por infração
	67.2 Deixar de comunicar à ARTESP, nos prazos estabelecidos no CONTRATO, informações relativas à quitação de obrigações tributárias, trabalhistas e cíveis decorrentes da execução dos SERVIÇOS, bem como referentes à instauração de processos administrativos ou judiciais, à lavratura de autuações ou à imposição de multas em seu desfavor que tenham por objeto esses encargos.	I	F	Por infração
68.	Realizar a emissão de títulos e valores mobiliários ou qualquer operação de dívida que envolva a oferta em garantia dos direitos emergentes da CONCESSÃO ou de ações da CONCESSIONÁRIA, sem a prévia aprovação da ARTESP.	V	F	Por infração
69.	Não comunicar em 24 (vinte e quatro) horas à ARTESP, ou não adotar as providências necessárias sempre que ocorrer a descoberta de materiais ou objetos de interesse histórico, arqueológico ou paleontológico, bem como superveniências de caráter geotécnico, ou de INTERFERÊNCIAS com outras concessionárias de serviços públicos.	IV	F	Por infração
70.	Não apresentar, no prazo previsto no CONTRATO, e publicar as demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária, bem como os balancetes mensais de fechamento, devidamente assinados pelo contador responsável.	I	F	Por infração
71.	Não refazer, adequar ou corrigir, direta ou indiretamente, sem ônus ao PODER CONCEDENTE ou à prestação dos SERVIÇOS, toda e qualquer obra ou serviço de sua responsabilidade realizado de maneira indevida ou em desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos neste	III	F	Por obra não refeita, adequada ou corrigida

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

	CONTRATO e ANEXOS, observando os prazos definidos pela ARTESP.			
72.	Não obter e manter, ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, o AVCB para toda a infraestrutura relacionada ao objeto da CONCESSÃO.	II	F	Por infração
73.	Não oferecer e/ou não manter em favor dos PASSAGEIROS quaisquer dos canais de comunicação, excetuando a ouvidoria, previstos no CONTRATO e seus ANEXOS, quando não houver outro tipo infracional específico que se aplique ao caso.	II	F	Por infração
74.	Não instituir e/ou não manter uma ouvidoria permanente com as atribuições previstas no CONTRATO.	V	C	Por infração
75.	Violar obrigação decorrente do dever de sigilo ou de proteção de dados pessoais previstas no CONTRATO.	V	B	Por infração
76.	Acessar o imóvel objeto de desapropriação ou desocupação antes do pagamento da indenização e, se for o caso, das demais compensações e assistências previstas nos PLANOS ESPECÍFICOS DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO.	V	C	Por infração
77.	Não comunicar imediatamente a ARTESP, ou não adotar as providências necessárias sempre que ocorrer a descoberta de materiais ou objetos de interesse histórico, arqueológico ou paleontológico, bem como superveniências de caráter geotécnico, ou de INTERFERÊNCIAS com outras concessionárias de serviços públicos.	[●]	[●]	Por infração
<b>EMPREENDIMENTOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS E INVESTIMENTOS CONTIGENTES</b>				

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

78.	Recusar-se, sem respaldo no CONTRATO, a tomar as medidas de sua alçada para inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS e de INVESTIMENTOS CONTINGENTES no objeto da CONCESSÃO.	III	F	Por INVESTIMENTO ADICIONAL ou INVESTIMENTO CONTINGENTE não incluído,
79.	Descumprir os prazos de início da execução de INVESTIMENTO ADICIONAL ou de INVESTIMENTO CONTINGENTE, constantes do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO.	V	C	Por INVESTIMENTO ADICIONAL ou INVESTIMENTO CONTINGENTE, sendo aplicável a multa moratória e demais disposições dos itens 1.8, 1.9 e 1.10.
80.	Descumprir os prazos de término da execução de INVESTIMENTO ADICIONAL ou de INVESTIMENTO CONTINGENTE.	V	C	Por INVESTIMENTO ADICIONAL ou INVESTIMENTO CONTINGENTE, sendo aplicável a multa moratória e demais disposições dos itens 1.8, 1.9 e 1.10.
<b>GARANTIA DE EXECUÇÃO E SEGUROS</b>				
81.	Não manter a GARANTIA DE EXECUÇÃO nas condições previstas no CONTRATO, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.	V	C	Por infração
82.	Não fornecer à ARTESP cópias das apólices de seguros contratadas e de suas renovações, com comprovação de que os respectivos prêmios se encontram pagos.	III	F	Por infração
<b>FISCALIZAÇÃO E APOIO À FISCALIZAÇÃO</b>				
83.	Não apresentar à ARTESP as informações pertinentes ao exercício de seu poder de fiscalização.	III	F	Por infração
84.	Não fornecer credenciais para usuário representante da ARTESP para acesso às informações e a documentos, ou eventual realização de auditorias, nos termos previstos no CONTRATO.	I	F	Por infração

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025  
PPP TIC EIXO OESTE

SUBCONTRATAÇÃO E SUBCONCESSÃO				
85.	Subcontratar a execução das atividades objeto da CONCESSÃO em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO.	V	C	Por infração
86.	Rescindir antecipadamente o contrato do OPERADOR SUBCONTRATADO, em desconformidade com o disposto no CONTRATO.	V	F	Por infração
87.	Efetuar ou permitir qualquer tipo de subconcessão em relação aos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO.	V	F	Por infração
ANEXO II.E – Apoio Técnico, Auditor Independente, Verificador Independente e Certificadora de Implantação				
88.	Não iniciar o processo de seleção no prazo fixado, não apresentando à ARTESP pelo menos 3 (três) empresas ou consórcios de empresas para seleção, ou não firmar os respectivos contratos com o APOIO TÉCNICO, o AUDITOR INDEPENDENTE, CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e o VERIFICADOR INDEPENDENTE nos prazos definidos no CONTRATO e no ANEXO II.E do CONTRATO.	II	D	Não iniciar o processo de seleção
			D	Não apresentar a 3 empresas selecionadas
			F	Por contrato não firmado
89.	Praticar conluio, diretamente ou por meio de representantes, prepostos ou empregados da CONCESSIONÁRIA, junto ao AUDITOR INDEPENDENTE, à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e/ou ao APOIO TÉCNICO, visando ao desempenho fraudulento de suas funções e obrigações, segundo o que dispõe o CONTRATO e o seu ANEXO II.E.	V	F	Por infração
Anexo III.A – Diretrizes Operacionais e de Manutenção				
90.	Descumprir diretrizes mandatórias previstas no ANEXO III.A do CONTRATO, resultando em acidente com vítima.	V	E	Por acidente com vítima decorrente de descumprimento das diretrizes do ANEXO III.A
Anexo III.D – Indicadores de Desempenho e Regras de Cálculo dos Descontos				



**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

91.	Manter performance aquém do desempenho mínimo, com nota 0,0 (zero), para um determinado INDICADOR DE DESEMPENHO, em 3 (três) meses sequenciais, conforme disposto no ANEXO III.D do CONTRATO.	V	F	Por infração
92.	Não atingir a performance do desempenho mínimo, com nota 0,0 (zero), em um determinado INDICADOR DE DESEMPENHO, por 6 (seis) meses, ainda que não consecutivos, durante os últimos 12 (doze) meses, conforme disposto no ANEXO III.D.	V	F	Por infração
93.	Em qualquer mês, for atribuída nota 0,0 (zero) a mais de 50% (cinquenta por cento) dos INDICADORES DE DESEMPENHO em qualquer dos SERVIÇOS, conforme disposto no ANEXO III.D.	IV	F	Por infração
94.	Deixar de registrar: (i) ocorrências não urgentes ou (ii) atividades programadas de manutenção no Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção, nos termos do item 8.1 do ANEXO III.A.	I	F	Por ausência de registro
95.	Deixar de registrar ocorrências urgentes no Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção de acordo com as informações requeridas no ANEXO III.D.	II	F	Por ausência de registro
96.	Identificação de divergências no lançamento dos dados, de ocorrência urgente ou não urgente ou falhas ou de atividade programada de manutenção, apresentados pela CONCESSIONÁRIA no registro do SIGO, do CMMS ou outro sistema e aqueles apurados pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE	V	C	Por divergência identificada
97.	Caso existam alterações/modificações dos registros, de ocorrência urgente ou não urgente ou de atividade programada de manutenção, e essas alterações não tenham sido informadas ao VERIFICADOR INDEPENDENTE;	V	C	Por alteração não informada ao VERIFICADOR INDEPENDENTE
98.	Postergação do registro de falhas das ocorrências urgentes ou não urgentes ou de qualquer natureza.	I	F	Por registro atrasado

ANEXO V - PENALIDADES

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

99.	100.1 Deixar de atender, em cada item, as condições / ocorrências da Tabela 11 do ANEXO III.D, para consideração de “Estação Regular”.	II	F	Por item descumprido
	100.2 Deixar áreas de circulação de passageiros comprometidas por obstáculos não sinalizados, observando também o item 3.6.1 do ANEXO XII .	I	F	Por infração
	100.3. No caso de inoperância de uma escada rolante, seja por falha ou manutenção programada, por mais de 48 (quarenta e oito) horas, a prática de qualquer das seguintes condutas: (i) deixar de apresentar à ARTESP, com cópia ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, no prazo inicial de 48 (quarenta e oito) horas, o cronograma de solução da irregularidade; (ii) descumprir prazo e ações estabelecidos no cronograma de solução da irregularidade; ou (iii) deixar de apresentar justificativas quando o prazo de restabelecimento constante do cronograma for superior a 15 (quinze) dias.	I	F	Por infração
	100.4 Inoperância de duas ou mais escadas rolantes simultaneamente, em uma mesma estação, por falha ou manutenção programada.	II	D	Por infração
	100.5 Falta de atendimento por equipe especializada ou inoperância de quaisquer equipamentos obrigatórios exigidos para pessoas com deficiência.	I	F	Por infração
	100.6. No caso de inoperância de elevador, seja por falha ou manutenção programada, por mais de 48 (quarenta e oito) horas, a prática de qualquer das seguintes condutas: (i) deixar de apresentar à ARTESP, com cópia ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, no prazo inicial de 48 (quarenta e oito) horas, o cronograma de solução da irregularidade; (ii) descumprir prazo e ações estabelecidos no cronograma de solução da irregularidade; ou (iii) deixar de apresentar justificativas quando o prazo de	I	F	Por infração

**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025**  
**PPP TIC EIXO OESTE**

	restabelecimento constante do cronograma for superior a 15 (quinze) dias.			
	100.7 Inoperância de qualquer componente do PCI, não constituição ou manutenção de brigada de incêndio, ou, ainda, não demonstração do atendimento das inspeções obrigatórias.	II	F	Por infração